



A Percepção dos Usuários sobre a Divulgação de Informações de Materialidade Utilizados na Auditoria

Rita de Cássia Correa Pepinelli Camargo
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
rita.camargo@ufsc.br

Luiz Alberton
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
luiz.alberton@ufsc.br

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo identificar se a divulgação dos critérios e limiares de materialidade utilizados pelos auditores pode ser útil para tomada de decisão dos usuários da informação contábil. Pretende-se com o estudo, contribuir com a literatura existente a respeito da utilidade da divulgação dos critérios de materialidade utilizados pelos auditores. Os resultados da pesquisa podem auxiliar a compreender se mais informações acerca da auditoria independente, neste caso, informações sobre a materialidade, podem aumentar a relevância das informações fornecidas ao usuário, e, se estas, podem auxiliar no aumento da eficiência dos mercados e na diminuição do *gap* de expectativa em relação à auditoria. Na revisão de estudos sobre o tema, observa-se que apesar de as normas apregoarem que as decisões de materialidade devem ser tomadas sob a perspectiva dos usuários, muitos usuários ainda se sentem confusos acerca do tema, e não tem muita segurança sobre as bases utilizadas pelos auditores e preparadores. Adicionalmente, existe muita discrepância nas avaliações de materialidade realizadas pelos usuários quando comparadas às realizadas pelos auditores. Por estas razões, os usuários se demonstram a favor da divulgação de informações adicionais sobre a materialidade, fato que, para alguns autores, poderia auxiliar na redução do *gap* de expectativas em relação à auditoria. É nesta perspectiva que a pesquisa proposta se insere, auxiliando a identificar se os usuários realmente se beneficiariam da divulgação de informações sobre a materialidade e qual o impacto destas informações na utilidade das informações divulgadas pelos auditores.

Palavras-chave: Materialidade; Gap de expectativa; Usuários; Tomada de decisão.

1 INTRODUÇÃO

A divulgação de informações relevantes (materiais) é uma das questões centrais na contabilidade, e tem como premissa subjacente o conceito de materialidade, de modo a garantir a elaboração de informações úteis para o processo de tomada de decisão dos usuários (FAUX, 2012). Quando o conceito de materialidade é devidamente aplicado, as demonstrações contábeis devem fornecer aos usuários todas as informações disponíveis que poderiam influenciar sua tomada de decisão (PINSKER; PITRE; DAIGLE, 2009).

Tanto o FASB quanto o IASB, definem que um item é considerado material, quando sua omissão ou distorção provoque uma alteração ou influencie de alguma forma a decisão tomada pelos usuários com base nas demonstrações contábeis de uma determinada empresa. Desta forma, o conceito de materialidade empregado pelos auditores é o de que uma distorção não é material quando é pequena demais para ter qualquer efeito sobre a percepção do usuário da condição financeira e econômica de uma empresa. No planejamento da auditoria, os auditores definem níveis ou limiares de materialidade, baseado no que eles acreditam que poderia influenciar a decisão dos usuários. Contudo, não se sabe se estes níveis ou limiares são apropriados na perspectiva do usuário da informação contábil (TUTTLE, *et al.*, 2002; CHO, *et al.* 2003; OMER; SHELLEY; THOMPSON, 2012).

Houghton, Jubb e Kend (2011) ressaltam que algumas questões que o auditor considere imaterial, podem ser muito relevantes para os investidores, credores e os demais *stakeholders*. Ao observar a materialidade sob a perspectiva do usuário, Holstrum e Messier (1982) apontam três lacunas principais: (i) pouco se sabe sobre como os usuários utilizam a informação das demonstrações contábeis para tomar suas decisões; (ii) as decisões de materialidade são tomadas pelos preparadores, auditores e usuários e como estes grupos são heterogêneos é provável que tenham visões diferentes sobre a materialidade, uma vez que seus incentivos são diferentes; por último, (iii) existe pouca informação sobre como os julgamentos de materialidade realizados pelos preparadores e auditores afetam as decisões dos usuários. Messier Jr, Martinov-Bennie e Eilifsen (2005) ao atualizar esta revisão, ressaltam que as mesmas lacunas apontadas anteriormente ainda persistem e merecem atenção da academia em investigações futuras.

Com exceções de alguns estudos (por exemplo, FISHER, 1990; TUTTLE; COLLIER; PLUMLEE, 2002; CHO, *et al.*, 2003; DAVIS, 2003; PINSKER; PITRE; DAIGLE, 2009; COX; DAYANANDAN; DONKER, 2014), a maioria das pesquisas sobre materialidade abordam a perspectiva do auditor ou dos gestores sobre o tema. Conforme Davis (2003), em geral, os resultados destes estudos indicam que existe um *gap* de expectativas entre auditores e usuários das demonstrações contábeis sobre o que constitui uma distorção material. Este *gap* de expectativa implica que os critérios de materialidade geralmente aplicados pelos auditores para definir e operacionalizar o conceito de materialidade pode diferir dos critérios aplicados pelos usuários quando analisam as demonstrações contábeis de uma empresa.

Para alguns autores, a divulgação dos limiares de materialidade utilizados pelos auditores poderia representar um benefício significativo na redução do *gap* de expectativa de auditoria, uma vez que removeria a noção de que a auditoria é de alguma forma abrangente ou que é uma garantia de que as operações e transações resumidas nas demonstrações contábeis são cem por cento garantidas pelo auditor (GRAY; *et al.*, 2011; HOUGHTON; JUBB, KEND, 2011; COX;

DAYANANDAN; DONKER, 2014). Gray, *et al.* (2011) argumentam que os auditores ao divulgarem esta informação, poderiam ajudar a gerenciar as expectativas dos usuários referentes à auditoria e isto, portanto, tenderia a diminuir o *gap* de expectativa.

Adicionalmente, com este tipo de divulgação, os usuários poderiam ser alertados sobre os percentuais de distorções que poderiam estar contidos em cada demonstrativo (MANSON; ZAMAN, 2001; COX; DAYANANDAN; DONKER 2014), o que possibilitaria aos mesmos ter uma maior confiança nas demonstrações contábeis e facilitaria maiores investimentos, reduzindo assim o custo de capital (COX; DAYANANDAN; DONKER 2014). Para Shafer (2004) ainda seria útil para os usuários que os auditores divulgassem informações mesmo que imateriais do ponto de vista da magnitude, mas materiais sob o aspecto qualitativo (como atos ilegais cometidos pela administração da empresa).

Contudo, conforme Church, Davis e McCracken (2008), poucos estudos examinaram se os usuários se beneficiariam de divulgações adicionais no relatório do auditor, incluindo os critérios e limiares de materialidade utilizados na auditoria. Assim, dada à importância da perspectiva do usuário na avaliação da materialidade, este estudo pretende responder a seguinte questão: **Como a divulgação dos critérios de materialidade utilizados na auditoria pode ser útil para os usuários da informação contábil?** Em conformidade com a questão de pesquisa, o objetivo deste estudo é identificar se a divulgação dos critérios e limiares de materialidade utilizados pelos auditores pode ser útil para tomada de decisão dos usuários da informação contábil.

Neste sentido, este estudo tem a tese de que a divulgação dos critérios e limiares de materialidade utilizados pelos auditores tem utilidade para os usuários e pode modificar sua decisão em relação a um investimento em uma determinada empresa. Adicionalmente, esta divulgação pode diminuir o *gap* de expectativa do usuário em relação à auditoria.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir com a literatura existente a respeito da utilidade da divulgação dos critérios de materialidade utilizados pelos auditores. Os resultados da pesquisa podem auxiliar a compreender se mais informações acerca da auditoria independente, neste caso, informações sobre a materialidade, podem aumentar a relevância das informações fornecidas ao usuário e se estas podem auxiliar no aumento da eficiência dos mercados e na diminuição do *gap* de expectativa em relação à auditoria.

Além disso, a maioria dos estudos que abordam a materialidade na perspectiva do usuário têm focado em critérios apenas quantitativos, como o lucro, receita de vendas ou o valor do ativo total (por exemplo, MANSON; ZAMAN, 2001; TUTTLE; COLLIER; PLUMLEE, 2002; CHO, *et al.*, 2003; ASARE; WRIGHT, 2012; OMER; SHELLEY; THOMPSON, 2012; COX; DAYANANDAN; DONKER, 2014). São poucos os estudos que consideraram em suas investigações os aspectos quantitativos e qualitativos relativos ao conceito de materialidade na percepção dos usuários (por exemplo, GRAY, *et al.*, 2011; HOUGHTON; JUBB; KEND, 2011). E mesmo nos estudos que consideram as duas abordagens, a estratégia de pesquisa utilizada foi a de grupos focais (*focus groups*), na qual os autores discutiram com diferentes grupos de *stakeholders* (auditores, usuários e reguladores e demais interessados) os fatores que poderiam melhorar a aplicação e o entendimento por parte dos usuários sobre a materialidade, não testando a sua utilidade na prática. Para Mock, *et al.* (2013), uma limitação deste método é que os participantes podem dizer que eles querem obter mais informações, sem considerar os custos

associados ou a extensão de seu uso ou utilidade. Para o autor é necessário que pesquisas investiguem, dentre as informações que os usuários desejam e que poderiam ser divulgadas sobre a auditoria: o que seria útil para a tomada de decisão? O que afetaria as decisões dos usuários? Que tipo de informação poderia causar mais confusão no usuário? De que forma estas informações devem ser divulgadas? Como a percepção do nível de garantia da auditoria pode ser afetada se determinada informação é divulgada. Neste sentido, acredita-se que esta pesquisa possa auxiliar a responder estas questões acerca da divulgação de informações sobre os critérios de materialidade utilizados na auditoria.

Esta proposta de pesquisa está dividida em três seções. Na próxima seção é apresentada uma abordagem inicial do referencial teórico que baseará a pesquisa. Na sequência são apresentados os procedimentos metodológicos que nortearão a pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção é abordada inicialmente uma discussão sobre os aspectos relacionados à definição da materialidade e posteriormente os resultados encontrados pela pesquisa anterior sobre o tema.

2.1 ASPECTOS RELACIONADOS À MATERIALIDADE

O *Financial Accounting Standards Board* (FASB, 1980) relaciona o conceito de materialidade, à probabilidade do julgamento de uma pessoa razoável ser influenciado ou ser alterado, pela omissão ou distorção de um determinado item em uma demonstração contábil que esta confiou, de tal modo, que a magnitude deste item possa interferir em seu julgamento.

O conceito utilizado pela *International Standards on Auditing* (ISA) 320 - *Materiality in planning and performing an audit*, baseado na definição do *International Accounting Standards Board* (IASB) é o de que a materialidade depende da magnitude e/ou da natureza de um item que foi omitido ou distorcido, ou de uma combinação de ambas, julgadas nas circunstâncias envolvidas, de tal forma, que a omissão ou distorção de um item, ou itens, é material se puder (individual ou coletivamente) influenciar as decisões econômicas tomadas pelos usuários com base nas demonstrações contábeis.

Percebe-se que tanto o FASB quanto o IASB definem que um item é considerado material, quando sua omissão ou distorção provoque uma alteração ou influencie de alguma forma a decisão tomada pelos usuários com base nas demonstrações contábeis. A este respeito, Spacek (1969 *apud* FAUX, 2012) define que um item ou fato é material, se um indivíduo razoavelmente prudente o levasse em consideração para definir uma conduta a ser seguida ou uma decisão a ser tomada, como por exemplo, decidir sobre comprar ou vender ações de uma determinada empresa ou conceder ou não um empréstimo.

Estas ideias reforçam a noção de que o conceito de materialidade permeia o processo de elaboração das informações contábeis até a sua divulgação, influenciando, segundo o FASB (1975 *apud* MESSIER JR.; MARTINOV-BENNIE; EILIFSEN, 2005) decisões em relação à coleta, classificação, mensuração e sumarização dos dados relativos às atividades econômicas de uma determinada empresa, de modo a embasar as decisões sobre que tipo de informações deve ser divulgado nas demonstrações contábeis (*disclosure*). Complementam que na perspectiva dos



preparadores e auditores, o conceito de materialidade envolve a determinação da importância de um determinado item para fins das demonstrações contábeis.

De tal forma, com base em FASB (1975, 1980), IFAC (2009), Cho *et al.*, 2003, Tuttle *et al.* (2002) Messier Jr, Martinov-Bennie e Eilifsen (2005), Pinsker, Pitre e Daigle (2009), Houghton *et al.* (2011) a materialidade: (i) permeia o processo de elaboração das informações contábeis até a sua divulgação, de modo a embasar as decisões sobre que tipo de dados e informações deve ser divulgado nas demonstrações contábeis (*disclosure*); (ii) depende da magnitude e/ou da natureza do item que foi omitido ou distorcido (fatores quantitativos e qualitativos); (iii) é uma questão de julgamento dos preparadores e auditores; e, (iv) deve levar em consideração o que é importante para as decisões econômicas e financeiras tomadas pelos usuários com base nas demonstrações contábeis.

No âmbito da auditoria contábil independente, o conceito de materialidade sustenta a ideia que distorções nas demonstrações contábeis abaixo de um determinado nível de materialidade não alteram a percepção dos usuários sobre a condição econômica e/ou financeira de uma empresa, presumindo-se que a distorção não é material quando é pequena demais para ter qualquer efeito sobre os preços de mercado (TUTTLE *et al.*, 2002). Conforme Messier Jr, Martinov-Bennie e Eilifsen (2005), o conceito de materialidade é central durante todo o processo de auditoria, mas é particularmente relevante na fase de planejamento e avaliação dos testes de auditoria, em que, a avaliação do que é material é uma questão de julgamento profissional.

Para Pinsker, Pitre e Daigle (2009) um problema a respeito da materialidade envolve a forma como as avaliações são realizadas. Em geral, a materialidade, é medida pela própria crença do auditor do que é importante para os usuários e não por uma avaliação direta do efeito destas informações sobre as suas decisões (CHO *et al.*, 2003; PINSKER; PITRE; DAIGLE, 2009). Algumas questões que o auditor considere imaterial podem ser materiais para os investidores, credores e outros *stakeholders* (HOUGHTON *et al.*, 2011).

São exemplos de medidas quantitativas utilizadas para determinação da materialidade, o lucro (TUTTLE; COLLIER; PLUMLEE, 2002; CHO; *et al.*, 2003; ASARE; WRIGHT, 2012), a receita de vendas (TUTTLE; COLLIER; PLUMLEE, 2002; CHO; *et al.*, 2003) e o valor do ativo total (CHO; *et al.*, 2003). Dentre estas, Messier Jr, Martinov-Bennie e Eilifsen (2005) indicam que o efeito do item sobre o lucro continua a ser o fator mais considerado na determinação da materialidade e na divulgação das decisões dos auditores. Estes resultados, segundo os autores, são consistentes tanto com as pesquisas baseadas em papéis de trabalho dos auditores como nas pesquisas que envolvem experimentos, em que a opção pela emissão ou não de um relatório modificado pelo auditor, geralmente é consistente com os efeitos tradicionais do item avaliado sobre o lucro.

Omer, Shelley e Thompson (2012) ressaltam que além da magnitude do item, existem diferentes métodos utilizados pelos auditores para identificar as distorções materiais, como o método que considera as distorções com base em seu efeito no lucro divulgado no período (*rollover*) ou o no que quantifica as distorções com base em seu efeito sobre o balanço (*iron curtain*). Para eles, dependendo do método utilizado, os auditores podem julgar uma distorção como sendo imaterial quando por outro método a mesma seria considerada material.

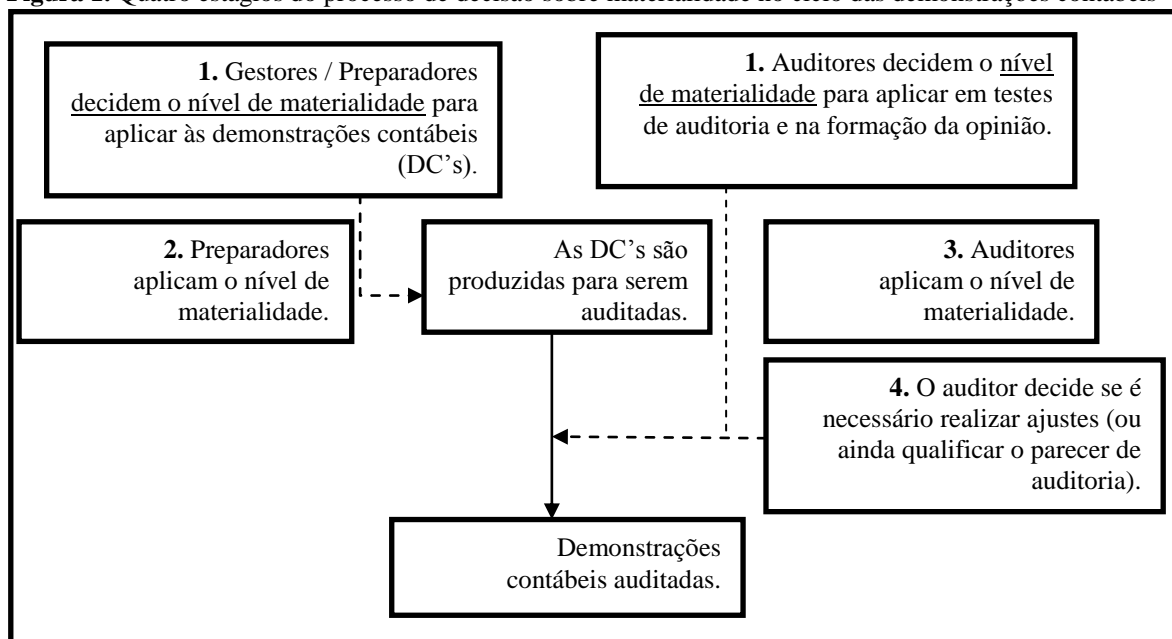
Tuttle, Collier e Plumlee (2002) e Cho, *et al.* (2003) destacam ainda, que em determinadas configurações, a natureza de uma distorção, como mudar o resultado de uma empresa de um

pequeno lucro para um prejuízo ou a reversão de uma tendência de lucros, pode afetar o julgamento materialidade do auditor, uma vez que estes fatos poderiam afetar as decisões dos usuários das informações contábeis. Adicionalmente, Cox, Dayanandan e Donker (2014) argumentam, que apesar de “regras de ouro” serem utilizadas na determinação da materialidade, em algumas circunstâncias, os aspectos qualitativos, devem ser considerados, fazendo com que a definição de um item ser ou não material, não se resume a uma regra simples, como os tão recorrentes cinco por cento sobre o lucro líquido.

Brennan e Gray (2005) ilustram na Figura 1, que os critérios de materialidade adotados entre a preparação e divulgação das demonstrações contábeis por auditores e gestores são realizados de forma independente e podem divergir. Se por um lado, esta definição isolada de gestores e auditores reforçam a noção de independência na qual a auditoria é realizada, o usuário pode ficar confuso a respeito de quais limiares de materialidade foram adotados na preparação e na revisão das demonstrações contábeis.

A este respeito, Holstrum e Messier (1982) apontaram diferenças consideráveis encontradas nas pesquisas com relação aos níveis de materialidade considerados pelos usuários, preparadores e auditores. Apontam que, em geral, os usuários consideram níveis de materialidade mais baixos do que os preparadores ou auditores, e que os níveis considerados pelos auditores tendem a estar entre aqueles considerados pelos usuários e preparadores. Auditores de grandes firmas de auditoria (*Big-N*) utilizam níveis maiores de materialidade do que auditores de pequenas firmas de auditoria. Diferenças também foram encontradas entre auditores de diferentes *Big-N* e entre auditores da mesma firma de auditoria.

Figura 1. Quatro estágios do processo de decisão sobre materialidade no ciclo das demonstrações contábeis



Fonte: Adaptado de Brennan e Gray (2005)

Conforme Houghton *et al.* (2011), alguns países têm orientação profissional sobre a materialidade, como Austrália, Canadá e África do Sul, contudo, mesmo nestes países não é necessária a divulgação dos níveis e critérios de materialidade utilizados na preparação das demonstrações contábeis. Entre os normativos que regulamentam a materialidade em auditoria no Brasil estão a NBC TA 320 – Materialidade no Planejamento e na Execução da Auditoria e a NBC TA 450 – Avaliação das Distorções Identificadas durante a Auditoria (CFC, 2009), ambas baseados nas normas emitidas pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB), e seguindo os padrões internacionais, também não fornecerem orientações sobre como operacionalizar os limiares de materialidade. Assim, a ausência de divulgação sobre a materialidade utilizada pode tornar os relatórios menos compreensíveis e menos úteis para a tomada de decisão dos usuários (DE MARTINIS; BURROWES, 1996).

Para Pany e Wheeler (1989) embora existam muitas “regras de ouro” aplicadas ao cálculo de materialidade, diferenças consideráveis podem ocorrer, dependendo do método utilizado e do setor ao que a empresa pertence. Recentemente Eilifsen e Messier, Jr. (2014) elaboraram um trabalho que aborda questões relacionadas à definição de materialidade adotada pelas oito maiores firmas de auditoria dos Estados Unidos. Os autores analisaram os manuais utilizados por estas firmas e fornecem indicações das bases utilizadas para avaliar a materialidade, dos percentuais adotados e das formas como as avaliações sobre distorções materiais são realizadas. Este foi um dos primeiros trabalhos a abordar a questão após a mudança das normas de auditoria sobre avaliação de riscos e materialidade. Entre os resultados, apesar dos autores concluírem que os *benchmarks* quantitativos utilizados para a determinação da materialidade global na auditoria, como lucro antes de impostos, ativos totais ou receitas, e patrimônio líquido, são consistentes entre as firmas de auditoria, observa-se algumas variações entre as firmas dos itens utilizados e dos percentuais definidos para materialidade.

2.2 ESTUDOS ANTERIORES

Os estudos que abordam a materialidade na perspectiva dos usuários foram desenvolvidos predominantemente nos Estados Unidos (EUA). Apenas três estudos, especificamente voltados para materialidade, foram realizados na Austrália (HOUGHTON; JUBB; KEND, 2011), Alemanha (RUHNKE; PRONOBIS; MORITZ, 2013) e no Canadá (COX; DAYANANDAN; DONKER, 2014).

Tuttle, Collier e Plumlee (2002) utilizando como *proxie* para investidores, estudantes de graduação, encontraram que distorções nas demonstrações, dentro dos limiares de materialidade comumente utilizados, não afetam a decisão dos investidores na precificação das ações. Em linha com estes resultados, Asare e Wright (2012), investigando a percepção de auditores e usuários (bancários e estudantes de MBA como *proxie* para investidores), encontraram que os auditores utilizam em média um percentual sobre o lucro para calcular a materialidade de 6%, enquanto para os usuários esta média é suposta em torno de 9%.

Por outro lado, Cho, *et al.* (2003) utilizando um modelo de reação de preços das ações encontraram que os limiares de materialidade considerados por um investidor, são em média, mais baixos que os utilizados pelos auditores conforme discutido na literatura, sugerindo que os auditores deveriam considerar a utilização de limiares mais baixos de modo a não distorcer as decisões dos investidores. Gray, *et al.* (2011) evidenciam que alguns usuários ficaram surpresos

ao saber que os limiares de materialidade para as grandes empresas poderiam chegar a milhões de dólares.

Omer, Shelley e Thompson (2012) também encontraram uma reação negativa dos investidores às divulgações de distorções relacionadas ao SAB nº. 108. Segundo os autores, sob a nova orientação, os auditores devem utilizar ambos os métodos, tanto baseado no lucro do período como no balanço patrimonial para definir se as distorções eram materiais e que, portanto precisariam ser corrigidas. Assim, as distorções não corrigidas em períodos anteriores, por serem avaliadas com base em apenas um dos métodos deveriam ser divulgadas na fase de adaptação. Neste caso, a reação negativa dos investidores, medida pelo retorno anormal das ações das empresas que tiveram divulgações relacionadas ao SAB nº. 108 em comparação às empresas que não apresentaram tais divulgações demonstram a preferência dos usuários por medidas mais conservadoras na definição da materialidade.

Ruhnke, Pronobis e Moritz (2013) investigaram a relevância dos relatórios de auditoria que incluem a materialidade para as decisões de concessão de crédito de empréstimos. Com um projeto de investigação quase-experimental examinaram as respostas de decisão de crédito dos bancários alemães para limiares de materialidade diferentes. Os resultados sugerem que as divulgações nível de materialidade são importantes para este tipo de decisão. Shafer (2004) e Pinsker, Pitre e Daigle (2009) encontraram que fatores qualitativos também são considerados relevantes pelos usuários na definição da materialidade, independentemente do impacto financeiro destes itens, e desta foram devem ser considerados pelos auditores.

Pinsker, Pitre e Daigle (2009) analisaram se a divulgação de fatores qualitativos positivos ou negativos pode afetar o julgamento de materialidade dos usuários. Os resultados da pesquisa confirmaram em parte esta hipótese. Exemplos de eventos analisados no estudo foram: o fato de a empresa obter no período o primeiro lugar na satisfação dos clientes; aumentar seu lucro resultante da parceria com outra empresa; ou, divulgar que suas demonstrações contábeis do período anterior apresentam erros às tornando não confiáveis. Shafer (2004) descobriu que os atos ilegais e ilícitos cometidos pela administração, mesmo que tal ato não tenha impacto financeiro imediato sobre as demonstrações contábeis, afetou as decisões de investimento dos participantes da pesquisa. Neste sentido, Messier Jr, Martinov-Bennie e Eilifsen (2005) sugerem que pesquisas futuras devem considerar o efeito dos fatores qualitativos no julgamento de materialidade tanto dos auditores como dos usuários.

Apenas dois estudos consideraram estas duas abordagens em conjunto, Gray, *et al.* (2011) e Houghton, Jubb e Kend (2011). Em ambos, a estratégia de pesquisa utilizada foi a de grupos focais (*focus groups*) em que os autores discutiram com diferentes grupos de *stakeholders* (auditores, usuários e reguladores e demais interessados) os fatores que poderiam melhorar a aplicação e o entendimento por parte dos usuários sobre a materialidade.

Smieliauskas, Craig e Amernic (2008) na proposição de um novo modelo para o relatório do auditor sugerem que deveria ser incluído no parecer o valor que foi considerado pelos auditores para determinar a materialidade. Os autores argumentam, que caso os usuários desejem maior precisão nas demonstrações contábeis, eles estarão livres para buscar demonstrações de outras empresas com níveis de materialidade que sejam aceitáveis para eles.

Cox, Dayanandan e Donker (2014) sugerem que seja divulgada pelos auditores uma lista de materialidade, uma espécie de resumo, que incluía as diferenças não ajustadas, como

distorções, omissões e cálculos de ajustes, que em uma base individual não foram considerados materiais na realização da auditoria. Para Turner, *et al.* (2010), poderiam ser incluídas informações adicionais no relatório de auditoria, na forma de notas explicativas. Segundo os autores, o auditor poderia divulgar nestas notas, as distorções não corrigidas que foram discutidas com o cliente, de modo a permitir que cada usuário possa fazer sua própria avaliação a respeito da materialidade destas distorções, considerando suas necessidades específicas. Os autores exemplificam que alguns usuários poderiam avaliar o impacto das distorções com base no lucro líquido ou lucro por ação, enquanto outros usuários poderiam ter maior interesse no impacto sobre as contas patrimoniais, como estoques e contas a receber.

Nesta linha, para Asare e Wright (2012), o relatório do auditor poderia ser reforçado se o conceito de materialidade fosse esclarecido. Em geral, os usuários entendem que seria positiva uma maior explicação, por parte dos auditores, sobre os critérios utilizados para a definição da materialidade utilizada na condução da auditoria (MANSON; ZAMAN, 2001; CHURCH; DAVIS; MCCracken, 2008; GRAY; *et al.*, 2011; HOUGHTON; JUBB; KEND, 2011; MOCK; *et al.*, 2013; COX; DAYANANDAN; DONKER, 2014).

Se por um lado alguns defendem a divulgação dos limiares de materialidade utilizados na auditoria, sobretudo os investidores, por outro lado, os auditores argumentam que esta divulgação poderia causar confusão no usuário, que não compreende bem os conceitos envolvidos em sua determinação (GRAY; *et al.*, 2011; HOUGHTON; JUBB; KEND, 2011). Nos artigos que abordam a opinião dos auditores sobre divulgações a respeito da materialidade, a opinião sobre a **não** divulgação é unânime (MANSON; ZAMAN, 2001; GRAY; *et al.*, 2011; HOUGHTON; JUBB; KEND, 2011; COX; DAYANANDAN; DONKER, 2014).

Os auditores argumentam que esta divulgação poderia ocasionar em maior custo na realização da auditoria em virtude de maiores riscos de litígio (GRAY; *et al.*, 2011; HOUGHTON; JUBB; KEND, 2011; COX; DAYANANDAN; DONKER, 2014). Esta opinião também é compartilhada pelos administradores das empresas auditadas (GRAY; *et al.*, 2011). Além disso, os auditores argumentam que os auditados ao conhecerem os limiares de materialidade utilizados, podem utilizar esta informação de forma oportunista, de modo a cometerem fraudes dentro destes limites ou procurarem apenas por auditores que utilizam altos limiares de materialidade (GRAY; *et al.*, 2011; HOUGHTON; JUBB; KEND, 2011).

Os auditores também argumentam que os critérios utilizados para definir materialidade não se limitam a aplicação de limiares quantitativos, mas também a consideração de fatores qualitativos, o que torna o processo um tanto complexo e ainda mais de difícil de compreensão pelo público em geral (MANSON; ZAMAN, 2001; GRAY; *et al.*, 2011; HOUGHTON; JUBB; KEND, 2011). Contudo, para Houghton, Jubb e Kend (2011) a existência de fatores qualitativos não é suficiente para invalidar a possibilidade da divulgação dos limiares quantitativos de materialidade.

Outra questão que envolve a divulgação de informações sobre este tema é a compreensão dos usuários acerca do conceito de materialidade. Asare e Wright (2012) encontraram que os usuários consideram que auditores utilizam para determinar a materialidade, percentuais mais altos sobre o lucro do que os auditores indicaram que consideram. Este resultado, em parte, pode ser explicado pela potencial incompreensão dos usuários do efeito da materialidade no esforço de auditoria. Ou seja, na auditoria a materialidade não segue a perspectiva da linguagem comum de

que “mais material, é melhor”. Ao contrário, quanto maior o percentual sobre o lucro (ou outra medida) utilizado, maior será a probabilidade dos auditores chegarem a conclusões incorretas sobre as demonstrações contábeis. Isto ocorre, pois, quando são utilizados limiares de materialidade mais elevados, mais grossa será a “peneira” que o auditor irá utilizar para selecionar os saldos e transações que serão analisados (HOUGHTON; JUBB, KEND, 2011). Nesta perspectiva, Houghton, Jubb e Kend (2011) sugerem que para melhorar a compreensão do usuário, alguns cuidados devem ser tomados na divulgação de informações sobre a materialidade, como substituir o termo “materialidade” por “erro tolerável” de modo a facilitar a compreensão do usuário.

Quanto aos benefícios da divulgação de informações sobre o tema, um dos argumentos defendidos pelos autores, é que a divulgação dos limiares de materialidade utilizados na auditoria poderia representar um benefício significativo na redução do *gap* de expectativa de auditoria, uma vez que removeria a noção de que a auditoria é de alguma forma abrangente ou que é uma garantia de que as operações e transações resumidas nas demonstrações contábeis são cem por cento garantidas pelo auditor (GRAY; *et al.*, 2011; HOUGHTON; JUBB, KEND, 2011; COX; DAYANANDAN; DONKER, 2014). Gray, *et al.* (2011) argumentam que os auditores ao divulgarem esta informação, poderiam ajudar a gerenciar as expectativas dos usuários referentes à auditoria e, portanto, isto tenderia a diminuir o *gap* de expectativa.

Outro aspecto da divulgação da materialidade é que os usuários poderiam ser alertados sobre os percentuais de distorções que poderiam estar contidos em cada demonstrativo (MANSON; ZAMAN, 2001; COX; DAYANANDAN; DONKER 2014), o que possibilitaria aos mesmos ter uma maior confiança nas demonstrações contábeis e facilitaria maiores investimentos, reduzindo assim o custo de capital (COX; DAYANANDAN; DONKER 2014). Para Shafer (2004), seria útil para os usuários que os auditores divulgassem informações mesmo que imateriais do ponto de vista da magnitude, mas materiais sob o aspecto qualitativo (como atos ilegais cometidos pela administração da empresa).

O que se tem constado na pesquisa sobre a utilidade para os usuários acerca das informações divulgadas pelos auditores no parecer de auditoria é que os *stakeholders* consideram o relatório de auditoria importante, mas desejam obter mais informações sobre o auditor e sobre a auditoria, e entre estas informações estão divulgações sobre a materialidade e os métodos utilizados para determinação de seus limiares pelos auditores (MOCK; *et al.*, 2013). Nesta linha, Best, Buckby e Tan (2001) encontraram que a utilização de um parecer de auditoria no formato longo, isto é, com mais informações sobre o objetivo da auditoria e dos procedimentos realizados, poderia reduzir o *gap* de expectativa de auditoria. Assim, a temática relacionada à reação dos usuários à evidenciação de informações sobre materialidade é um campo de pesquisa relevante que merece atenção de pesquisas futuras.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Goode & Hatt (1979, p. 11, grifo do autor) “a ciência é um *método de abordagem* do mundo empírico todo, isto é, do mundo que é susceptível de ser experimentado pelo homem”. Nesta mesma linha, para Oliveira (2002, p. 47) “trata-se do estudo, com critérios metodológicos, das relações existentes entre causa e efeitos de um fenômeno qualquer”. Assim,



segundo Oliveira, qualquer estudo realizado pelo homem com utilização de método científico pode ser chamado de ciência.

Desta forma, verifica-se a necessidade da utilização de procedimentos metodológicos nas pesquisas desenvolvidas, de modo que seus resultados possam contribuir para construção do conhecimento científico e para que, se necessário possam ser replicadas.

3.1 CONSTRUÇÃO DE UM MODELO PARA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE MATERIALIDADE

O levantamento dos critérios, métodos e limiares geralmente utilizados pelos auditores no planejamento e execução da auditoria, será baseado na revisão de estudos nacionais e internacionais que abordam o julgamento de materialidade dos auditores com acesso disponível via Portal de Periódicos da CAPES (Coordenação Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e bases de dados assinadas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Estes critérios, métodos e limiares identificados na revisão, servirão para a construção de um modelo para divulgação destas informações aos usuários da contabilidade.

3.2 VALIDAÇÃO DO CONSTRUCTO DA PESQUISA

Para validação do constructo da pesquisa, o modelo proposto será apresentado aos usuários da contabilidade, representados nesta pesquisa por investidores ou *proxies* para investidores como estudantes de pós-graduação em Contabilidade, Administração e Economia. Um questionário construído, como uma espécie de simulação, será elaborado com o intuito de identificar se a divulgação dos critérios e limiares utilizados pelos auditores na realização da auditoria de determinada demonstração contábil pode modificar a decisão de investimento do indivíduo em uma determinada empresa. Adicionalmente, pretende-se capturar a percepção do usuário sobre a relevância desta informação adicional e sobre a eventual diminuição do *gap* de expectativa relacionado à auditoria.

Em resumo, em um primeiro momento pretende-se apresentar informações contábeis de uma determinada empresa para que o usuário indique a probabilidade de investir na mesma. Em um segundo momento, é fornecido ao usuário informações acerca dos critérios utilizados pelos auditores para avaliar a materialidade. Com base nesta nova informação, o usuário indica se a probabilidade indicada anteriormente sofreria alguma modificação.

3.3 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Esta pesquisa pode ser classificada como teórico-empírica, quanto aos objetivos como descritiva, quanto às estratégias de pesquisa empregadas como bibliográfica e levantamento e quanto à abordagem ao problema como quali-quantitativa. A utilização da pesquisa bibliográfica possibilitará identificar os critérios e limiares relacionados à materialidade adotados pelos auditores no planejamento e execução da auditoria.

Conforme Oliveira (2002, p. 119), a realização da pesquisa bibliográfica tem como finalidade “[...] conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno”. Ela procura “[...] explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas, enciclopédias, dicionários, jornais, *sites*, CDs, anais de congresso etc” (MARTINS; THEÓPHILO, 2009, p. 54).



Ainda em relação às estratégias de pesquisa, este estudo pode ser considerado como levantamento. Para Martins e Theóphilo (2009, p. 60) o levantamento é próprio “[...] para os casos em que o pesquisador deseja responder a questões acerca da distribuição de uma variável ou das relações entre características de pessoas ou grupos” (MARTINS; THEÓPHILO, 2009, p. 60), neste caso, verificar por meio de questionário enviado a potenciais investidores, a relevância da divulgação de informações sobre materialidade para a sua tomada de decisão.

A abordagem que será dada ao problema será quali-quantitativa. Quali por tratar-se da identificação da percepção dos usuários acerca de divulgações sobre materialidade utilizada na auditoria e quanti pelo tratamento quantitativo dado a esta percepção. Segundo Richardson (1999), a abordagem quanti caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto na coleta de informações, como no tratamento destas por meio de técnicas estatísticas. Já a abordagem qualitativa, difere, em princípio, da quantitativa à medida que não emprega um instrumental estatístico no processo de análise do problema. Embora possa parecer, em primeiro momento, que se deve optar por uma ou outra abordagem, por apresentarem características distintas, para Martins e Theóphilo (2009), nada impede que se adotem as duas, pois as investigações científicas contemplam ambas.

REFERÊNCIAS

ASARE, S. K.; WRIGHT, A. M. Investors’, auditors’, and lenders’ understanding of the message conveyed by the standard audit report on the financial statements. **Accounting Horizons**, v. 26, p. 193-217, 2012.

BERNARDI, R. A.; PINCUS, K. V. The relationship between materiality thresholds and judgments of fraud risk. **Managerial Finance**, v. 22, n. 9, p. 1-15, 1996.

BEST, P. J.; BUCKBY, S.; TAN, C. Evidence of the audit expectation gap in Singapore. **Managerial Auditing Journal**, v. 16, n. 3, p. 134-144, 2001.

BRENNAN, N.; GRAY, S. J. The impact of materiality: accounting’s best kept secret. **Asian academy of management journal of accounting and finance**, v. 1, p. 1-31, 2005

CARPENTER, B. W.; DIRSMITH, M. W. Early debt extinguishment transactions and auditor materiality judgments: A bounded rationality perspective. **Accounting, Organizations and Society**, v. 17, n. 8, p. 709-740, 1992.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.213, de 27 de novembro de 2009**. Aprova a NBC TA 320 – Materialidade no Planejamento e na Execução da Auditoria.

_____. **Resolução CFC nº 1.216, de 27 de novembro de 2009**. Aprova a NBC TA 450 – Avaliação das Distorções Identificadas durante a Auditoria.



CHEWNING JR, E. G.; HIGGS, J. L. A meta-analysis of materiality studies. **Advances in Accounting**, v. 17, p. 65-90, 2000.

CHO, S.-Y.; HAGERMAN, R. L.; NABAR, S.; PATTERSON, E. R. Measuring Stockholder Materiality. **Accounting Horizons**, v. 17, p. 63-76, 2003.

CHURCH, B. K.; DAVIS, S. M.; MCCracken, S. A. The Auditor's Reporting Model: A Literature Overview and Research Synthesis. **Accounting Horizons**, v. 22, p. 69-90, 2008.

COX, R. A. K.; DAYANANDAN, A.; DONKER, H. Materiality disclosure and litigation risks: A Canadian perspective. **International Journal of Disclosure & Governance**, v. 11, p. 284-298, 2014.

DAVIS, S. M. Market Response to Auditor's Reports: A Reexamination of Auditor Materiality Thresholds. In: 2003 Auditing Section Midyear Conference. 2003. **Anais...** Disponível em: <http://www2.aaahq.org/audit/midyear/03midyear/papers/AAADavis.doc>. Acesso em: 30 jan. 2015.

DE MARTINIS, M. R.; BURROWES, A. W. Materiality and Risk Judgements: A Review of Users' Expectations. **Managerial Finance**, v. 22, n. 9, p. 16-34, 1996.

EILIFSEN, A.; MESSIER JR., W.F. **Materiality Guidance of the Major Public Accounting Firms**. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=2274845>. Acesso em: 02 abril 2015.

FASB – FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **Statement of Financial Accounting Concepts nº. 2**, Qualitative Characteristics of Accounting Information, 1980.

FAUX, J. Environmental event materiality and decision making. **Managerial Auditing Journal**, v. 27, n. 3, p. 284-298, 2012.

FISHER, M. H. The effects of reporting auditor materiality levels publicly, privately, or not at all in an experimental setting. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, v. 9, sup., p. 184-223, 1990.

GOODE, W.J.; HATT, P.K. **Métodos em pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1979.

GRAY, G. L.; TURNER, J. L.; CORAM, P. J.; MOCK, T. J. Perceptions and misperceptions regarding the unqualified auditor's report by financial statement preparers, users, and auditors. **Accounting Horizons**, v. 25, p. 659-684, 2011.

HAKA, S.; FRIEDMAN, L. JONES, V. Functional fixation and interference theory: A theoretical and empirical investigation. **The Accounting Review**, v. 61, n. 3, p.455-474, 1986.



HOLSTRUM, G. L.; MESSIER JR., W. F. A review and integration of empirical research on materiality. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, v. 2, n. 1, p. 45-63, 1982.

HOUGHTON, K. A.; JUBB, C.; KEND, M. Materiality in the context of audit: The real expectations gap. **Managerial Auditing Journal**, v. 26, p. 482-500, 2011.

IFAC – INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS. **International Standard on Auditing (ISA) nº. 320**, Materiality in planning and performing an audit, 2009.

MANSON, S.; ZAMAN, M. Auditor communication in an evolving environment: Going beyond SAS 600 auditors' reports on financial statements. **British Accounting Review**, v. 33, p. 113-136, 2001.

MARTINS, G.A.; THEÓPHILO, C.R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MAYPER, A. G. Consensus of auditors' materiality judgments of internal accounting control weaknesses. **Journal of Accounting Research**, v. 20, n. 2, p. 773-783, 1982.

MESSIER JR, W. F.; MARTINOV-BENNIE, N.; EILIFSEN, A. A review and integration of empirical research on materiality: Two decades later. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, v. 24, n. 2, p. 153-187, 2005.

MESSIER JR., W. F. The effect of experience and firm type of materiality/disclosure judgments. **Journal of Accounting Research**, v. 21, n. 2, p. 611–618, 1983.

MOCK, T. J.; BÉDARD, J.; CORAM, P. J.; DAVIS, S. M.; ESPAHBODI, R.; WARNE, R. C. The audit reporting model: Current research synthesis and implications. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, v. 32, sup. 1, p. 323-351, 2013.

OLIVEIRA, S. L.. **Tratado de Metodologia Científica**: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

OMER, T. C.; SHELLEY, M. K.; THOMPSON, A. M. Investors' response to revelations of prior uncorrected misstatements. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, v. 31, p. 167-192, 2012.

PANY, K.; WHEELER, S. Materiality: An Inter-Industry Comparison of the Magnitudes and Stabilities of Various Quantitative Measures. **Accounting Horizons**, v. 3, n. 4, p.71-78, dec., 1989.

PINSKER, R.; PITRE, T. J.; DAIGLE, R. An investigation of nonprofessional investors' qualitative materiality judgments incorporating SEC listed vs. non-listed events. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 28, p. 446-465, 2009.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.



RUHNKE, K.; PRONOBIS, P.; MORITZ, M. **Materiality and Creditor's Lending Decisions: A quasi-experimental survey on the relevance of reporting audit materiality.** Disponível em: http://www.ifac.org/sites/default/files/publications/exposure-drafts/comments/IAASB_EDReporting_CommentLetter_RuhnkePronobisMichel.pdf. Acesso em: 02 fev. 2015.

SEC – SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION. **SEC Staff Accounting Bulletin n°. 99 –Materiality**, August 12, 1999.

SEC – SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION. **Staff Accounting Bulletin n°. 108 – Considering the Effects of Prior Year Misstatements When Quantifying Misstatements in Current Year Financial Statements**, September 13, 2006.

SHAFER, W. E. Qualitative financial statement disclosures: Legal and ethical considerations. **Business Ethics Quarterly**, v. 14, p. 433-451, 2004.

SMIELIAUSKAS, W.; CRAIG, R.; AMERNIC, J. A proposal to replace 'true and fair view' with 'acceptable risk of material misstatement'. **Abacus-a Journal of Accounting Finance and Business Studies**, v. 44, p. 225-250, 2008.

TURNER, J. L.; MOCK, T. J.; CORAM, P. J.; GRAY, G. Improving Transparency and Relevance of Auditor Communications with Financial Statement Users. **Current Issues in Auditing**, v. 4, p. A1-A8, 2010.

TUTTLE, B.; COLLIER, M.; PLUMLEE, R. D. The effect of misstatements on decisions of financial statement users: An experimental investigation of auditor materiality thresholds. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, v. 21, p. 11-27, 2002.